

O GINÁSIO MUNICIPAL NO CENTRO DAS LUTAS POPULARES EM FEIRA DE SANTANA (1963-1964)*

Ana Maria Fontes dos Santos

Prof. Assistente do Dep. de Educação

E-mail: amfontes@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação

Tel./Fax (75) 224-8084 – BR 116 – KM 03,

Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460

RESUMO — Neste artigo, resgatamos aspectos singulares do ensino secundário público em Feira de Santana, Bahia, nos primeiros anos da década de 1960. Na conjuntura política configurada a partir das eleições municipais de 1962, vieram à baila as tensões latentes entre os diferentes grupos sociais que interagiam na cidade, ocasião em que o Ginásio Municipal é implantado. O presente estudo revelou-nos, além dos embates e lutas políticas em prol do ensino público e gratuito, a organização e a força dos movimentos populares e a dimensão educativa dessas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: *História da educação; Escola pública; Movimentos sociais.*

ABSTRACT — This article describes certain aspects of the history of Public High School teaching in Feira de Santana, Bahia, during the early 1960s. In the political situation brought about by the municipal elections of 1962, there emerged underlying tensions between different social groups interacting in the city, marking the context in which the Ginásio Municipal was founded. Apart from the political struggle to obtain free secondary education in the city, the study reveals the organization and the strength of the popular movements and the educational dimension of these practices.

KEY WORDS: *History of education; Public school; Socials movements.*

* Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de História da Educação (6 a 9 de novembro de 2000 - RJ).

Este artigo comporta alguns resultados da minha pesquisa para dissertação de mestrado defendida no primeiro semestre de 2000, no programa de Pós-Graduação da PUC/SP, intitulada: *A Gênese do Ginásio Municipal de Feira de Santana (1963-1964): Memória e história.*

Sitientibus, Feira de Santana, n.24, p.31-44, jan./jun. 2001

O Ginásio Municipal de Feira de Santana, o GM, efetivou-se após a vitória da corrente política que o tinha abraçado como uma de suas principais plataformas de campanha. Nada haveria de mais significativo nisso, caso a campanha político-partidária que engendrou aquela vitória não se configurasse num marco importante na vida da cidade Feira de Santana, no interior da Bahia. Estamos falando da administração de Francisco Pinto, à frente da Prefeitura Municipal, cujo governo iniciou-se em 1963 e, abruptamente, interrompido no ano seguinte, em 1964, com sua deposição, após os acontecimentos decorrentes do golpe militar.

De memória recente, pouco menos de quarenta anos, a história do GM, ou melhor, aspectos singulares dessa história parece que se esvaem ante a força das aspirações de linearidade histórica dos formadores da memória dominante, na qual as singularidades perturbadoras, as práticas e projetos alternativos, apenas insinuados, espera-se que sejam apagados. Instituído num momento em que a tolerância das forças sociais comportavam, no plano político, sonhos e ideais pouco definidos sobre uma sociedade “diferente”, isso da parte de alguns setores sociais em causa, situados no poder e fora dele, em oposição a outros sonhos melhor demarcados, que denominamos aqui de projetos de um tipo de “ordem natural das coisas” que se deseja permanente. O 1964 devastou aqueles pouco definidos sonhos e ideais, tornando-os, face aos efeitos dessa devastação, grandiosos para uns e assustadores para outros, dependendo das posições dos sujeitos sociais no âmbito da diversidade de interesses. Para fazer silenciar a memória incômoda, elaboram-se e reelaboram-se estigmas e símbolos de maior efeito persuasivo. A primeira iniciativa para apagar a gênese do Ginásio Municipal da história da cidade e, ao mesmo tempo, o projeto político que lhe tornara possível, ocorreu em 1966, com a ampliação das suas instalações. Essa ampliação reverteu-se na própria construção de uma outra identidade, posto que, para as forças que reassumiram o poder, era o ginásio mesmo que estava sendo “construído”, ao que acrescentamos, por seus quase algozes, conforme veremos mais adiante.

As pressões da demanda por escola secundária pública justificavam, de fato, a construção de novas instalações, pois, inicialmente, o ginásio havia sido instalado em um antigo prédio construído na década de 1920, símbolo do apogeu da característica feira de gado da cidade, que formava o conjunto comercial conhecido como Currais Modelos. Após a transferência da feira de gado para uma área mais distante do centro, esse prédio destinou-se ao agrupamento escolar denominado de Escolas Reunidas¹ Agostinho Fróes da Mota, mais conhecida na cidade como Escola Currais Modelos ou, simplesmente, Escola dos Currais, que, depois de 1963, fora transferida para ceder o espaço ao Ginásio Municipal. Assim, considerando a precariedade dessas antigas instalações e visando atender as necessidades da crescente procura, constrói-se um novo prédio, inaugurado em 1966, com amplo espaço destinado à administração, agregado a um conjunto de salas de aula, com a fachada voltada para rua oposta ao prédio do Currais. As novas construções passaram a ser um dos símbolos dos “novos tempos” que estavam sendo “construídos” na cidade, após a derrocada do “comunismo”, da “anarquia” e “subversão” da ordem, entre outros adjetivos empregados, naquele momento da história, para designar a administração municipal anterior. Diante do “novo” ginásio, a câmara de vereadores homenageia o “construtor”, que veio a exercer as funções de prefeito, Joselito Falcão de Amorim, imposto pelas circunstâncias do poder autoritário, então vigente no país, que, no plano local, culminou com a deposição do prefeito eleito.

O GM, uma das conquistas das lutas empreendidas pela representação da esquerda política do município, vitoriosa nas eleições de 1962, a favor do ensino secundário municipal gratuito na cidade, contraditoriamente, em 1966, é “homenageado” com o nome de um dos políticos enfileirados no partido político União Democrática Nacional (UDN) que, no momento imediatamente anterior, assumiriam a posição de combatentes contrários àquelas lutas na preservação dos interesses privados, na área de educação, em benefício de aliados políticos.

As lutas pela ampliação do ensino público secundário em Feira de Santana apenas conferem uma realidade em que

centenas de alunos não podiam ter acesso ao ensino secundário por falta de vagas, refletindo uma situação que não era exclusivamente local. No país, até os anos 60, o ensino médio era restrito a um grupo pequeno de indivíduos, provenientes, em maioria, das camadas médias e altas da sociedade, a partir de quando outros grupos sociais passam a reivindicar e pressionar por mais vagas nesse nível de ensino.

No ensino secundário ginasial, na cidade de Feira de Santana, em 1963, afora o único ginásio público estadual, com capacidade restrita de atendimento, predominava a iniciativa privada, destacando-se o ginásio do Colégio Santanópolis, criado na década de 1930, que angariava a quase totalidade dos recursos financeiros traduzidos nas bolsas de estudos municipais. Essa situação altera-se com a aplicação da Lei Municipal 352/61, que institui o Ginásio Municipal de Feira de Santana, durante a administração de Francisco Pinto, em abril de 1963. O ponto polêmico dessa Lei é um de seus dispositivos que prevê, com a implantação do ginásio, a suspensão imediata das bolsas de estudos municipais, que constituíam a forma através da qual o município provia recursos aos ginásios particulares. As bolsas de estudos são uma instituição garantida desde o começo dos anos 30, criadas para estimular a iniciativa privada a suprir a escassa oferta pública dessa modalidade de ensino. Nesse momento da história, o principal beneficiário das bolsas de estudos é o ginásio do Colégio Santanópolis, pertencente ao deputado Áureo de Oliveira Filho, um dos principais expoentes da sessão local da UDN.

Em Feira de Santana, desde meados dos anos 50, a administração municipal vem sendo ocupada pelos grupos sociais concebidos, no plano local, como “modernos”. As eleições ocorridas em 1954 afirmam a liderança política do bem-sucedido empresário João Marinho Falcão, representante dos setores econômicos em expansão na cidade. Além de líder na atividade comercial de produtos industrializados, João Marinho é um dos pioneiros no setor financeiro e industrial do município. Esse perfil de empresário orientou suas ações à frente dos negócios públicos na gestão municipal compreendida entre 1955 e 1959, e o qualifica como grande liderança, não apenas no campo

empresarial, mas, principalmente, como força política perante o seu partido, a União Democrática Nacional, que mantinha hegemonia política no Estado da Bahia. A feição “moderna” e urbana da UDN de Feira de Santana parece ser o motivo que atraiu o apoio do clandestino Partido Comunista Brasileiro. De outro lado, a tradicional força política da cidade, o Partido Social Democrático, PSD, comandada até o início dos 60, por Eduardo Fróes da Mota, que sustentava a herança política de seu pai, “Coronel” Agostinho Fróes da Mota, entra em declínio, com a ascensão de João Marinho.

A liderança do empresário João Marinho sustenta, na cidade, o crescimento de seu partido e a administração municipal que o sucede. A UDN, portanto, chega aos anos 60, dispondo de uma incontestável vantagem política frente aos adversários. Nas eleições municipais de 1962, entretanto, as lideranças políticas alternavam-se e novos nomes foram lançados como candidatos à prefeitura municipal. A situação política, representada principalmente pela UDN, lança João Durval Carneiro, conhecido militante, que havia exercido funções na administração municipal. A oposição, aglutinada pelo PSD, apresenta o candidato Francisco Pinto dos Santos (ou Chico Pinto, como ficou posteriormente conhecido).

Essas eleições, entretanto, apresentam uma outra configuração de forças que consegue suplantar a hegemonia política da UDN, no importante município feirense. Perante uma conjuntura nacional perturbadora, marcada por crescentes reivindicações sociais urbanas, eclosão de conflitos agrários no nordeste do país, dentre outros aspectos que pontuaram a especificidade do período, constrói-se um novo raio de alianças em torno da candidatura do PSD, no qual estão incluídos os trabalhadores organizados em diversos sindicatos e estudantes articulados na Associação Feirense dos Estudantes Secundaristas, a AFES. A eleição do candidato Francisco Pinto muda os rumos da prática política, refletindo negativamente na perspectiva conservadora.

Nesse ambiente da história, o Partido Comunista Brasileiro, PCB, que apoiou a UDN em suas duas últimas administrações, volta-se contra ela, nas eleições de 1962, e acrescenta forças à espécie de frente política, que aglutina a candidatura do PSD.

O que antes propiciava uma tolerância e convivência pacíficas com as formas de atuação e reivindicação dos comunistas transforma-se em perigo à estabilidade reinante, na visão dos grupos conservadores. Estes últimos, em Feira de Santana, pagarão caro com a abertura de espaço proporcionado aos comunistas², pois, durante o governo Francisco Pinto, não hesitaram em assumir os interesses populares, de acordo com a sua vocação original, antagonizando-se com os ex-coligados udenistas, posto que, em diferentes conjunturas recorrem a diferentes táticas.

A campanha política e o ano de governo de Francisco Pinto foram marcados por disputas bastante acirradas, e o calor das tensões políticas no plano nacional salientava, em certa medida, as diferenças locais, diante do forte apelo de engajamento à esquerda de grupos sociais pertencentes às camadas médias. O plebiscito durante o governo do presidente João Goulart, a intensificação da campanha, por parte dos partidos e lideranças de esquerda, contra o “capital estrangeiro”, o “latifúndio” e o “entreguismo”, que motivaram a campanha pelas “reformas de base”, promovidas pelo governo federal, demarcavam o percurso das relações de força locais.

Além do apoio das organizações estudantis e sindicais sob a orientação do PCB, a aproximação com as propostas populares, que alimentavam a administração federal do presidente João Goulart, levou, em certa medida, a campanha de Francisco Pinto e sua administração aos limites do que parecia impossível em Feira de Santana: uma guinada para a esquerda dos discursos e práticas administrativas. Isso aliado ao precipitar dos acontecimentos locais que, no calor da campanha, forçaram as duas candidaturas em disputa pela prefeitura do município, a melhor definir a face de suas propostas. Os *slogans* demonstravam a diferença radical entre ambas, pelo PSD apregoava-se que *Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando*, ao que a candidatura da UDN respondia, *João Durval na prefeitura é João Durval governando*.

Assim, a vitória da oposição à UDN, em 1962, reúne um conjunto de condições culturais que garantem a execução de plataformas políticas de atendimento às demandas populares,

avançadas para época, tais como: organização da população da periferia da cidade em Sociedades de Bairro, que estimulava o início de uma prática, hoje conhecida, por administração e orçamento participativos, em que se discutia com a população a aplicação dos recursos nos bairros; implantação de mercado popular e de uma farmácia do povo; e, na área de atendimento às demandas por educação, destaca-se o ensino secundário público e gratuito, com a implantação do Ginásio Municipal.

Articulada às consignas populares e as das camadas médias urbanas em ascensão, a implantação imediata do Ginásio Municipal, já nos primeiros dias de governo, surpreende os adversários³. Ao tempo em que, as demais propostas de campanha também são imediatamente postas em prática, contrariando as expectativas de que constituíam vãs promessas eleitorais e demagógicas, facilmente esquecidas após as devidas acomodações ao poder. Aos representantes das elites udenistas, restará o papel de ocupar intensamente todos os espaços de poder, no município, que ainda lhes restam (vale dizer, que não são poucos, além da hegemonia local, circunstancialmente quebrada, contavam com o apoio do governo estadual do General Juracy Magalhães).

Na Câmara de vereadores, sob a presidência de Joselito Falcão Amorim, resistirá, como uma espécie de batalhão de choque, a maioria de vereadores da UDN que, de repente, viram-se opositoristas. Os pronunciamentos deste grupo serão diários⁴, fustigando e combatendo a nova gestão, que assume feições nitidamente populares ao executar, de imediato, as plataformas firmadas em campanha. Os confrontos registrados na Câmara de Vereadores atestam a gravidade das tensões, iniciadas desde os transcorrer dos embates eleitorais, sem precedentes na história local, diante de uma oposição ferida e perplexa, face às manifestações populares, cada vez mais expressivas, de apoio e solidariedade ao prefeito eleito que, nesse contexto da história, despontava como importante liderança regional.

A implantação do Ginásio Municipal apresenta-se como um dos principais percalços para os udenistas, que o protelaram até quando lhes foi possível e o mantiveram sob controle, mesmo com aprovação da Lei n. 325 de 26/10/1961, promulgada

durante a administração anterior, de prefeito da UDN. Diante das pressões sociais das camadas médias por educação secundária, a liderança udenista viu-se, desde o início de sua última gestão, coagida a tomar medidas visando a implementação de um ginásio municipal. A cidade de Feira de Santana, importante centro econômico regional, experimentava um impressionante crescimento urbano, superior a 90%, entre as décadas de 1950 e 1960, enquanto a taxa de oferta educacional manteve-se, no mesmo período, praticamente estabilizada, conforme atestam as informações do IBGE.

A Lei aprovada reflete não apenas as necessidades da demanda, bem como os interesses dos grupos políticos em palco. Institui-se, no artigo primeiro, a criação do *Ginásio Municipal que poderá compreender os cursos de ginásio (noturno e diurno) e Normal*. A UDN, hegemônica, mantém o processo sob controle e atende parte das pressões com a aprovação dos dois cursos propostos na Lei, mas retarda a criação do ginásio, de acordo com o Art. 2º, caberia à decisão do executivo tomar as medidas necessárias para a construção do prédio e posterior implantação do ginásio, propriamente dito. O Artigo 3º, com redação ambígua, parece abrir espaço, ou pelo menos, não fechar o espaço já aberto à iniciativa privada neste empreendimento municipal, que deveria ser genuinamente público, quando permite ao executivo a abertura de convênios com *instituições particulares interessadas em colaborar com a construção e manutenção do ginásio*.

A oposição à UDN, por seu turno, incorpora à Lei o dispositivo que, naquela conjuntura política, poderia parecer uma miragem, anunciado no Parágrafo Único do artigo primeiro, com a seguinte redação: *Instalados os cursos, serão extintas as bolsas de estudos municipais*. O inesperado da eleição pessedista, na defesa dos interesses populares e na perspectiva de colocar em prática a referida Lei, deixa em polvorosa as elites tradicionais, uma vez que se vislumbrava a quebra do principal monopólio cultural da cidade, afora os incalculáveis prejuízos políticos e econômicos.

O embate entre as forças divergentes não custou a tomar forma mais vigorosa, manifesta na revolta dos estudantes,

ocorrida no dia 29/11/1963, que culminou com a depredação da Câmara Municipal de Vereadores, no episódio que ficou conhecido como *Quebra-quebra*. Essa manifestação, que contou com o apoio de populares, conforme a fala de alguns dos principais protagonistas, serviu de pretexto para abertura de Inquérito Policial e Militar, que tinha como alvo principal justificar a deposição e prisão do prefeito, ocorridas após o 1964.

Diante das ações constantes e ousadas empreendidas pela administração municipal, que procurava imprimir, nas suas práticas, um trato de maior lealdade aos interesses e necessidades públicas, esforçando-se para propiciar o bom uso dos bens públicos, os representantes da UDN local viam-se incomodados e prejudicados em seus interesses, conforme já o dissemos. No final do ano fiscal de 1963, quando a proposta de Lei Orçamentária para o exercício seguinte, o ano de 1964, fora enviado pelo executivo à apreciação e votação da Câmara de Vereadores, a maioria oposicionista procurou usar expedientes diversos para desqualificar a matéria e, o mais grave, tentava-se aprovar a redução das verbas destinadas ao Ginásio Municipal. De acordo com depoimento oral de Francisco Pinto, os vereadores da oposição intrigaram-se com o detalhamento e simplicidade de alguns dos itens orçamentários e tentaram desqualificá-los, acrescentando que, de fato, o orçamento que se apresentava era novidade para os políticos tradicionais, pois fora elaborado com ajuda da população, organizada nas Sociedades de Bairro, na qual se previam pequenas cotas de recursos para investimentos relativos a pequenos serviços e/ou equipamentos urbanos nas ruas ou bairros.

De outro lado, a maioria oposicionista, diante da visibilidade que o Ginásio Municipal dava à administração de Francisco Pinto, protelou, ao máximo, a votação do citado orçamento a fim de impedir a aprovação do montante dos recursos previstos para esse fim. Nos depoimentos orais levantados e nos autos do Processo n° 573, da 6ª Região Militar, instaurado em 1964, consta que a oposição pretendia aprovar apenas dez por cento dos recursos orçados, inviabilizando, portanto, o seu funcionamento no ano seguinte. Diante disso, vendo aproximar-se o final do prazo para votação do orçamento, no último dia, os estudantes

do ginásio, organizados no grêmio estudantil, mobilizaram-se e, em passeata, dirigiram-se ao Paço Municipal, onde funcionava a Câmara de Vereadores. Aí pretendiam acompanhar as discussões e debates da sessão, que votaria o orçamento de 1964.

Sob a alegação de que não havia garantias para abertura da sessão, o presidente da Câmara, Joselito Falcão de Amorim, numa atitude, no mínimo suspeita, resolve suspender a sessão da Câmara, *no prazo fatal* (para aprovação do orçamento), pois *a sua não-aprovação significa a prorrogação pura e simples do Orçamento anterior, com graves prejuízos para o Município, Estado ou União* (Conforme os termos do Relatório do Delegado Regional de Feira de Santana, Nathan de Medeiros Pereira, responsável pelo Inquérito Policial, do Processo citado). Ainda de acordo com o Delegado, o ato de suspensão da Sessão: *Foi o bastante! Consumou-se a depredação da Câmara, quebrando-se móveis e vidraças, ameaçando-se inclusive, a integridade dos senhores vereadores da oposição* (p.109).

Os estudantes secundaristas de Feira de Santana representavam, de fato, um segmento político de importância significativa na cidade e, nos relatos orais, confirmam que a entidade estudantil local, a AFES, era a organização de maior prestígio no Estado depois da ABES, a Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas, que reunia o conjunto das entidades estudantis baianas. A importância desse segmento fica comprovada, quando verificamos que as lideranças estudantis da AFES ocuparam os cargos de Oficiais de Gabinete das Secretarias, implantadas durante a gestão referida. Vale lembrar que, na mesma época, o Ministro da Educação de João Goulart dispunha de assessoria estudantil recrutada entre os componentes da UNE⁵.

Em Feira de Santana, foram muitas as mobilizações e experiências políticas dos estudantes vinculados ao grêmio do GM, muitos dos quais pertenciam à célula estudantil do PCB e, por fazerem parte da administração municipal, em 1963, seriam indiciados como alguns dos *infiltrados alheios à classe* dos estudantes, de acordo com o jargão policial da época. Esses infiltrados na vida cotidiana da cidade de Feira de Santana preocupavam-se com os problemas sociais do local e do país. Em seus discursos atualizados, argumentaram que defendiam

as *reformas de base* do governo João Goulart, com vistas à preservação dos *interesses nacionais*. À raiz das idéias do PCB, que concebia o período em foco como uma *etapa* de desenvolvimento social a ser cumprida, rumo ao comunismo e ao socialismo, misturavam-se muitos sonhos e ideais de uma sociedade mais justa. Acima de tudo, experienciavam, em suas práticas de estudantes, os graves problemas educacionais que lhes eram tão próximos: o analfabetismo das populações mais pobres, que se achegavam cada vez mais à cidade; a explosão de demanda no ensino secundarista, pois se reconheciam desfrutando de um privilégio e lutavam para que fosse estendido a todos.

O destino dos primeiros estudantes do Ginásio Municipal misturam-se às experiências dos, também, primeiros professores dessa instituição:

Nós chegamos lá de manhã, teve quebra-quebra à noite. Fildemário foi preso... Jaime Muniz também fazia parte... hoje é falecido. Jaime Pedreira, que foi prefeito de Santo Estevão, foi preso...(todos ex-alunos). Quebraram as carteiras e tudo... Nós chegamos lá e tinham suspenso as aulas... Não lembro muito... Porque gente nova não se liga nessas coisas! Eu não era envolvida em política... Depois foi que despertou o gosto pela política.

(Professora “fundadora”⁶, 1999)

Este relato da professora foi brotando, em meio a suas lembranças, sobre o ingresso dos primeiros alunos. O acontecimento traumático a fez lembrar do modo brutal como alguns dos alunos foram forçados a sair do ginásio, conforme o dizer da professora, devido à revolução de 1964, que veio provocar diversas revoluções particulares. As prisões de estudantes do Ginásio Municipal, juntamente com a prisão do Prefeito Francisco Pinto, ocorridas no início do mês de maio de 1964, acabam por envolver os professores, funcionários e a todos que nele trabalhavam, submetendo-os às situações de pressão particulares. Pois, na ocasião, essa instituição escolar também era objeto de assédio dos militares⁷, que comandavam as prisões realizadas na cidade. Nesta situação, alguns professores relatam que se viram obrigados a ministrarem suas aulas com a presença de dois soldados, no

meio dos quais e diante dos alunos, davam suas aulas. Assim nos conta outra professora:

... Aí foi horrível, porque imediatamente o colégio ficou tomado pelos soldados – tinha um capelão aqui que veio de fora, eu não sei o que ele era, mas sei que era ele quem prendia. E até o povo que ficava nas janelas ele mandava entrar. E todas as noites iam para o Colégio Municipal.

As professoras, que tiveram condições de trazer suas lembranças sobre o que ocorreu no Ginásio Municipal, nos dias subseqüentes às prisões efetuadas, relatam que aqueles que lecionavam no período da noite, juntamente com os funcionários, eram “convidados” pelos militares a se distribuírem em duas salas diferentes, uma para os homens e outra para as mulheres, onde então eram interrogados, com a intenção de intimidar a todos, de modo a se obter, dos mesmos, denúncias contra o prefeito deposto. Do Ginásio Municipal, não saiu nenhuma acusação nesse sentido.

Assim, muitos professores, oriundos das camadas médias e altas locais, vêm-se obrigados, a partir de suas experiências imediatas, a incorporarem um compromisso político inesperado: de assumirem a defesa do ensino público e gratuito, que moveu a vontade política que fez surgir o Ginásio Municipal, sobrepujando todos os interesses contrários. Aqui, concretamente, podemos dizer que os educadores, face aos embates da situação histórica presente, estavam sendo educados pelas práticas sociais do meio circundante. Referimo-nos, especialmente, às professoras, cujas condições culturais reservavam-lhes um papel subordinado na vida privada familiar, ficando para os homens a vida pública e o exercício político. Surpreendidas, portanto, pelos acontecimentos, viram-se forçadas pelas circunstâncias históricas, no momento imediatamente posterior, a defender o ginásio e os princípios que nortearam sua fundação.

Portanto, nesse ambiente de encontro entre uma “excessiva” abertura política e a abrupta ruptura que provoca as mais contraditórias mudanças no comportamento dos indivíduos e em suas ações, é que investigamos a instituição escolar Ginásio Municipal de Feira de Santana.

NOTAS

- ¹ Até meados de 1960, no Estado da Bahia, as escolas primárias (atual Séries Iniciais do Ensino Fundamental) subdividiam-se em: 1) Grupos Escolares (onde eram oferecidos os cursos primários completos, com cinco séries, localizados, geralmente, na capital e nas sedes dos municípios); 2) Escolas Isoladas (formadas por uma única classe, situadas nos subúrbios da capital e sedes dos municípios e regiões rurais mais afastadas) e; 3) Escolas Reunidas (congregavam algumas Escolas Isoladas que mantinham uma certa proximidade).
- ² No começo dos anos 60, o PCB, como organização partidária, encontrava-se na ilegalidade e, nessa condição, ocupava um espaço significativo no cenário político local, experimentando, de acordo com a linguagem de seus adeptos, um “pique de ascensão nacional”.
- ³ As eleições municipais ocorreram em outubro de 1962, e a posse no cargo de prefeito ocorreu, quase seis meses depois, a 4 de abril de 1963. As ações que normalmente precediam a implantação de uma instituição ginásial no Estado da Bahia, foram realizadas durante esse período.
- ⁴ Com a alteração das relações de força no município, as sessões da Câmara Municipal passam a ocorrer com maior frequência e as contendas aí ocorridas serão acompanhadas, com interesse, pela população.
- ⁵ Vanilda PAIVA. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 3. ed., São Paulo, 1985.
- ⁶ Preservamos aqui o anonimato das professoras, porque algumas ainda receiam que seus parentes sofram retaliações políticas por seus depoimentos sobre o período em foco.
- ⁷ O Batalhão do Exército, sediado na cidade, 26º BI, foi reforçado por um batalhão militar procedente do Estado de Alagoas. Segundo relato oral de Antônio Carlos Coelho, o comando deste último batalhão esteve à frente das operações que efetivaram a prisão de Francisco Pinto.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 5.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

IANNI, Octávio. **O Colapso do populismo no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas – entre o arquivo e a memória**. Universidade do Minho. Mimeografado.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. *In*: NÓVOA, António(Org.) **As instituições escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1992. p.13-43.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: n.6, p.151-182, 1992.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 3. ed., São Paulo, 1985.

PETITAT, A. Entre história e sociologia. uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia. **Teoria & Educação**, Porto Alegre: n.6, p.135-150, 1992.